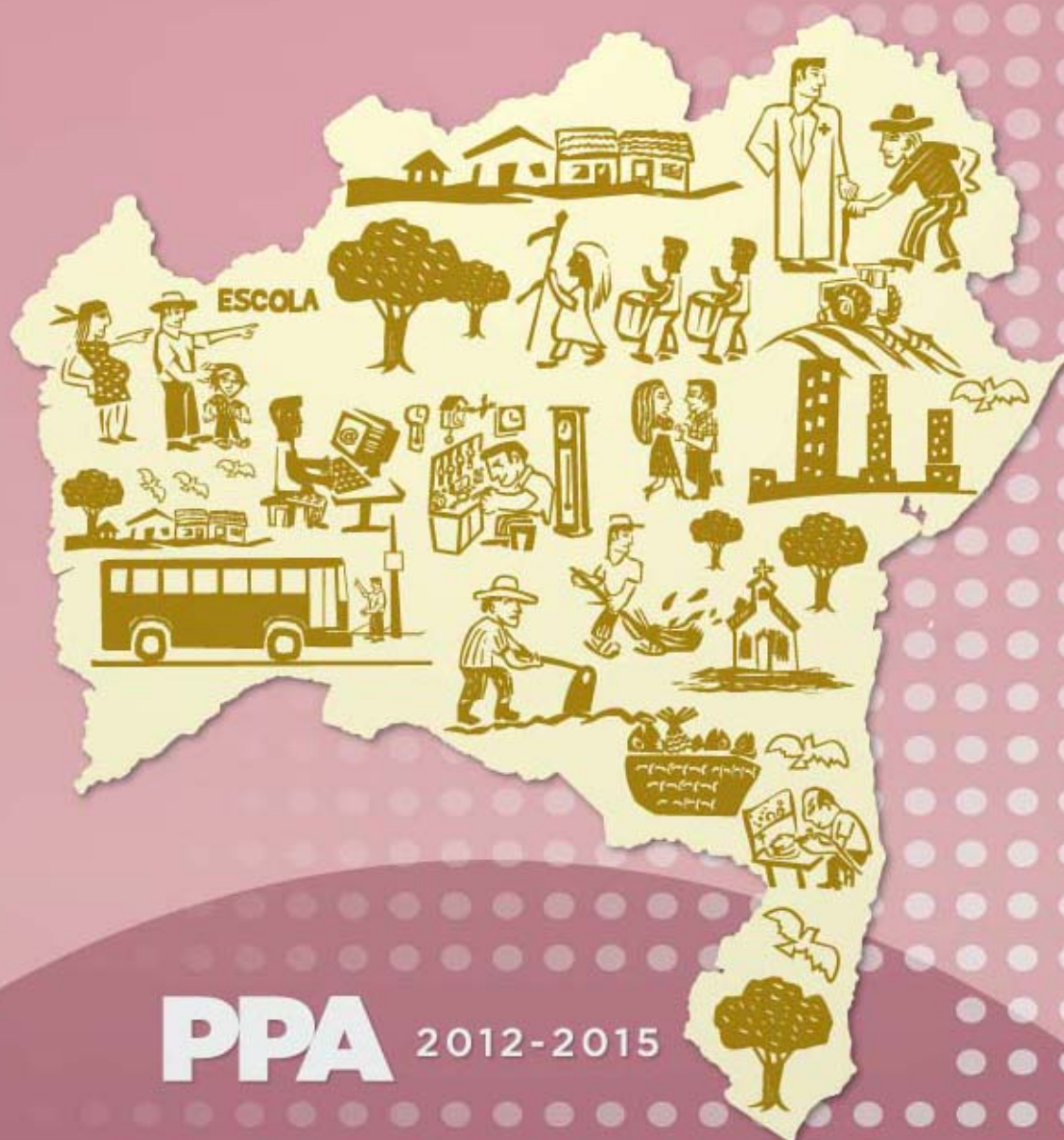


PODER JUDICIÁRIO

Eixo Estruturante

Efetividade no Poder Judiciário



PPA 2012-2015

PODER JUDICIÁRIO

EIXO ESTRUTURANTE EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

A Constituição brasileira preceitua que os direitos dos cidadãos serão tutelados pelo Estado. O desafio para o Poder Judiciário é tornar-se efetivo agente de uma Justiça acessível, célere, voltada para os interesses dos cidadãos e respeitada pela sociedade.

Nesse sentido, foram criados diversos institutos e instrumentos de legitimação do acesso efetivo da população à Justiça. Garantir esse direito significa empreender esforços na construção de um sistema jurídico pelo qual os cidadãos possam reivindicar e resolver seus questionamentos sob os auspícios do Estado. Deve o sistema ser acessível a todos e produzir resultados que sejam social e igualmente justos e satisfatórios, de forma tempestiva. O acesso à Justiça compreende, ainda, a redução dos obstáculos jurídicos, econômicos e sociais e a distribuição de meios que garantam a presença efetiva de serviços judiciais em todas as regiões do estado em tempo razoável.

A garantia da equidade na Justiça e a percepção dos direitos individuais são reforçadas com a celeridade e eficácia no atendimento às demandas. Assim, ampliar os índices de acesso à prestação de serviços judiciais com eficiência e qualidade é prioridade estabelecida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, de

modo a concorrer para a harmonia e o equilíbrio da sociedade. A solução dos problemas do Judiciário demanda esforço e integração de magistrados e servidores em torno de uma estratégia compartilhada, focando a importante missão que lhe é confiada e ensejando uma atuação transparente, dinâmica e independente. A necessidade do constante aprimoramento da gestão requer um plano que objetive a construção de um Poder mais democrático, descentralizado e integrado, que disponha de infraestrutura e corpo funcional adequados e promova otimização e distribuição de recursos em função dos compromissos assumidos com a sociedade, além de sistematizar sua atuação para evitar a solução de continuidade decorrente das mudanças de gestão.

Com base nesses pilares e inspirado no Plano Estratégico, que consolida as diretrizes do Tribunal de Justiça de 2010 a 2014, refletindo a política do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Poder Judiciário do Estado da Bahia direcionou a construção do seu programa de trabalho para o próximo quadriênio, conferindo prioridade à implementação de políticas que privilegiem a visão de futuro do Poder, comprometida com a excelência dos serviços jurisdicionais e com a missão de assegurar o acesso à Justiça a todos os cidadãos.

ÁREA TEMÁTICA

JUSTIÇA

Em busca de melhor atender aos interesses da sociedade, no que concerne às crescentes demandas dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, contextualiza-se a proposta deste programa temático denominado Justiça Presente, composto de quatro compromissos focados (i) na descentralização, celeridade e ampliação dos serviços de acesso à justiça, (ii) na resolução consensual de conflitos, (iii) na transparência dos serviços prestados à população e (iv) no desenvolvimento de ações de cunho administrativo que favoreçam o bom desempenho dos serviços judiciais, capazes de serem realizados numa projeção quadrienal, com vistas a assegurar respostas satisfatórias aos cidadãos.

Com esse propósito, o Tribunal de Justiça apresenta, em seu plano, ações que favorecem a celeridade e o aprimoramento dos índices de eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de suas atividades,

como a implantação de novas unidades, o fortalecimento das práticas de conciliação, a correição e fiscalização dos serviços judiciais, a modernização da infraestrutura, a publicidade das ações desenvolvidas pela instituição, a capacitação dos magistrados e servidores e o suprimento adequado do quadro de pessoal, entre outras.

Desta forma, o Poder Judiciário apresta-se no sentido de contribuir com o fortalecimento da paz social, mobilizando-se para o enfrentamento ao desafio de ampliar o acesso à prestação de serviços jurisdicionais equânimes e com crescente qualidade, atento aos chamamentos e anseios de uma sociedade que, a cada dia, exerce sua cidadania com níveis cada vez mais elevados de consciência e participação.

Eixo Estruturante	EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO
Área Temática	JUSTIÇA
Programa	JUSTIÇA PRESENTE

Ementa

Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais

Recursos do Programa R\$ 407.644.000,00

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado PPA
		Data	Índice	
Índice de Acesso à Justiça	%	2010	69,00	79,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 1º Grau	%	2010	56,00	86,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 2º Grau	%	2010	22,00	32,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Juizados Especiais	%	2010	64,00	84,00
Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Pré - Processuais	%	2010	52,00	62,00
Índice de Execuções das Ações Estratégicas	%	2010	6,00	39,00

Compromisso	Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços
--------------------	---

Órgão Responsável	Tribunal de Justiça
--------------------------	---------------------

Meta	Aumentar para 79% os municípios atendidos por Unidades Judiciais
-------------	--

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
----------------	---------------------------	-------------------

Estado	79	%
--------	----	---

Meta	Implantar em 100% o processo eletrônico para atender o 1º e 2º Graus do Poder Judiciário
-------------	--

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
----------------	---------------------------	-------------------

Estado	100	%
--------	-----	---

Entrega/Iniciativa

Implantação de serviços virtuais da justiça

Ampliação de serviços de acesso à justiça

Implantação de unidades judiciárias

Compromisso	Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos, de modo a agilizar o atendimento judicial, promovendo a negociação e mediação entre as partes envolvidas
--------------------	---

Órgão Responsável	Tribunal de Justiça
--------------------------	---------------------

Meta	Ampliar para 66% a taxa de efetividade das audiências de conciliação
-------------	--

Regionalização	Quantidade / Detalhamento	Unidade de Medida
----------------	---------------------------	-------------------

Estado	66	%
--------	----	---

Entrega/Iniciativa

Implantação de núcleos de conciliação

Implantação de núcleos de justiça restaurativa

Eixo Estruturante	EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO
Área Temática	JUSTIÇA
Programa	JUSTIÇA PRESENTE
Entrega/Iniciativa	
Realização de mutirões de conciliação	
Realização de campanhas de publicidade nas conciliações	
Compromisso	Propiciar a transparência das ações do Poder Judiciário, favorecendo a credibilidade da instituição perante a sociedade
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça
Entrega/Iniciativa	
Fortalecimento da Ouvidoria	
Implantação da TV Justiça	
Fortalecimento do orçamento participativo	
Realização de campanhas de publicidade institucional	
Reestruturação do portal eletrônico	
Compromisso	Buscar excelência na gestão e melhores condições de trabalho para garantir o bom desempenho das atividades judiciárias
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça
Entrega/Iniciativa	
Aperfeiçoamento de controle do recolhimento de custas	
Padronização de procedimentos administrativos	
Correição e fiscalização de unidades judiciárias	
Implantação do escritório de projetos	
Desenvolvimento de ações voltadas à otimização na utilização de recursos naturais	
Implantação de sistema integrado de custos	
Ampliação do Programa de Controle de Acesso	
Desenvolvimento de ações de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores	
Implantação do Programa de Gestão por Competências	
Capacitação para magistrados e servidores	
Modernização do Plano de Carreiras	
Realização de concurso público	
Construção, ampliação e reforma de unidades judiciárias	
Aquisição de imóveis para instalações de unidades judiciárias	
Aquisição de equipamentos para unidades judiciárias	
Modernização de sistemas informatizados	
Aquisição de equipamentos de informática	
Modernização da frota de veículos	